

Wittgenstein : a Semântica Implícita

C. F. Costa¹

Ao escrever este resumo argumentado de minha tese doutoral,² deparei-me com a seguinte dificuldade : como condensar o conteúdo de um trabalho sistemático, no qual os argumentos particulares só ganham poder de convicção quando compreendidos em sua relação com o todo, sem simplificar em demasia e aparentar inconsciência das dificuldades envolvidas ? Para que esse inconveniente fosse amenizado, segui a estratégia de me restringir a algumas idéias centrais envolvendo a noção de regra semântica, desenvolvidas nos capítulos I, VI e VII, abstraindo de muitas outras questões interpretativas a elas relacionadas.

Começo enunciando a tese mesma. O objetivo intentado foi, através de um trabalho de reconstrução racional, o de esclarecer possíveis relações entre os diferentes princípios semânticos sugeridos na filosofia do segundo Wittgenstein, tendo em vista esboçar os traços mais gerais de uma teoria do significado filosoficamente relevante, concebida como uma elucidação geral da gramática do conceito, a qual sirva de esclarecimento do que deve ser sabido para a compreensão do significado de expressões quaisquer. Há na literatura secundária ao menos duas tentativas de se estabelecer semelhante teoria : o livro de J. T. E. Richardson³ e um antigo artigo de

1 Do Departamento de Filosofia da PUCRio.

2 C. F. Costa. *Wittgensteins Beitrag zu einer sprachphilosophischen Semantik*. Konstanz, 1990. As obras de Wittgenstein abreviadamente referidas são as do *Werkausgabe* de 1984 da editora Suhrkamp.

3 Em *The Grammar of Justification* (New York, 1976), Richardson defende que « toda uma teoria do significado pode ser retirada da idéia de que o significado é o uso » (p. 45) e, concordando com o que iremos expor, conclui que a teoria criterial exemplifica a teoria do significado, pois critérios são convenções semânticas constitutivas de jogos-de-linguagem e justificadoras da aplicação da palavra nestes (p. 126).

Paul Feyerabend.⁴ O resultado não especialmente elucidativo desses trabalhos deve-se ao meu ver, em parte, ao método demasiadamente interpretativo de aproximação das questões.

O pressuposto metodológico orientador de nossa investigação pode ser visto como um « *principle of charity* », maximizador do *corpus* de frases verdadeiras. Esse pressuposto é o de que as diferentes sugestões feitas por Wittgenstein sobre a natureza do significado, as quais o relacionam com o uso, com a explicação, com o método de verificação, com critérios, com a gramática, com um cálculo, são apenas meios diferentes de aproximação do mesmo problema — diferentes « metáforas elucidativas », e não incompatíveis tentativas de explicação inconsistentemente agrupadas, ou que teriam sido abandonadas, sempre que o filósofo se apercebia de sua inadequação, como se este estivesse progredindo por um método cego de tentativa e erro.

Uma maneira de se ilustrar o que queremos dizer é evocando a parábola dos cegos e do elefante. Cada cego apalpa uma parte do elefante, e descreve-o de maneira diferente : um diz que é uma corda, porque toca a sua cauda, outro abraça sua perna afirmando que se trata do tronco de uma árvore; outros dizem que se trata de um grande paravento, de um sifão, de um muro. Wittgenstein, ao contrário, está consciente de que o que ele faz é se aproximar de uma mesma questão por diferentes meios, sob diferentes ângulos, abandonando a perspectiva escolhida quando o poder de esclarecimento de suas analogias parece esgotar-se. Essa é uma das razões da alusividade de seus escritos; ele toma o cuidado de não generalizar suas sugestões à maneira dos cegos da parábola e de seus intérpretes, o que ocorre mesmo em sua crítica sempre comedida aos « erros » do *Tractatus*.

Uma dificuldade metodológica que se apresenta ao tentarmos uma reconstrução sistematizadora do que Wittgenstein escreve sobre o significado, diz respeito à sua concepção de filosofia. Trata-se da objeção, que hoje se sabe ser interpretativamente simplificadora, segundo a qual ele a teria concebido como tendo um papel *meramente* terapêutico : este seria o de uma atividade puramente crítica, a partir de simples descrições de casos de aplicação da linguagem. Tais descrições seriam capazes de promover uma espécie de *reductio ad absurdum* de pretensas teses filosóficas, originadas de confusões conceituais locais engendradas pela mente metafísica, o que excluiria qualquer atividade teórica ou explicativa. Tal concepção não é a minha, nem julgo sua pressuposição necessária.

Apesar das aparências, veiculadas pelo fato da filosofia do segundo Wittgenstein ser crítica no estilo e fragmentária na apresentação, essa objeção pode ser refutada — primeiro externamente, por considerações acerca do conteúdo de seus escritos, depois internamente, em maior ou menor medida,

4 P. Feyerabend. « Philosophical Investigations », em G. Pitcher (ed.) : *Wittgenstein : The Philosophical Investigations* (London, 1968), pp. 104-150.

por uma investigação mais circunstanciada de suas considerações acerca da natureza da filosofia.

Quanto ao conteúdo dos escritos de Wittgenstein, é correto afirmar que sua filosofia terapêutica não se faz sem pressupostos teoréticos, explícitos ou não. Como observou Carl Hempel : « Mesmo que a filosofia se limitasse a si mesma, casuisticamente, a ajudar moscas individuais a escaparem de suas particulares garrafas papa-mosca, semelhante atividade filosófica ou terapia estaria ainda assim enformada por princípios gerais. Uma mosca presa em uma garrafa, um homem preso em um labirinto precisa ser conduzido para fora com seus olhos envoltos em uma bandagem : ele seguirá seu condutor cegamente e irá finalmente encontrar-se a si mesmo lá fora, mas ele não irá compreender como foi preso nem como foi trazido para fora. Mas não há nenhum análogo a esse modo de libertação física no caso da pessoa filosoficamente confundida em um labirinto lingüístico. O único meio de trazê-la para fora é com seus olhos abertos, como que mostrando o caminho da saída, para usar uma expressão de Wittgenstein; quer dizer, ela deve vir a entender que parte da armadilha foi deixada em primeiro lugar e como evitar que o mesmo aconteça em outras situações semelhantes. E isso sempre requer 'insights' de um tipo geral, concernentes, por exemplo, a contextos lingüísticos de um determinado tipo, cujas regras gerais são então projetadas no caso particular em questão. »⁵ A eficácia da terapia provém do fato de o paciente se dar conta de que sua dificuldade é ocasionada por pressupostos que contradizem princípios cujo nível de generalidade e abstração deve corresponder ao da própria tese filosófica criticada, o que se dá independentemente das supostas pretensões antiteoréticas de Wittgenstein. Isso é tornado evidente quando consideramos o conteúdo sugerido por suas anotações, como, por exemplo, o argumento contra a possibilidade de uma linguagem originariamente privada.

Algo semelhante foi dito por A. J. Ayer sobre a afirmação wittgensteiniana de que a filosofia não deve explicar, mas tão-somente descrever : « sua repetida preferência por descrições e não pela explicação, e sua abstenção de teorias cuja prática ele assevera realizar e reivindica entre seus leitores, não são características de seu procedimento atual em qualquer estágio de seu desenvolvimento, inclusive nas *Investigações Filosóficas*. Que suas explicações são *núnicas* não as reduz a descrições; suas teorias não deixam de sê-lo por serem encobertamente assentadas ». ⁶ Aliás, mesmo essa consideração não é inteiramente justa. A noção de « descrição » não precisa ser assimilada a algo equivalente à descrição não-explicativa de uma paisagem. Também Strawson e Searle chamam suas atividades de « descritivas », embora estas sejam

5 Carl Hempel. « Rudolf Carnap, Logical Empiricist », em *Synthese*, vol. 25, 1972-3, p. 264.

6 A. J. Ayer. *Ludwig Wittgenstein* (New York, 1985), p. 137. Ver também S. S. Hilmy. *The Later Wittgenstein : the Emergence of a new Philosophical Method*. Oxford, pp. 208-9, 1987.

obviamente explicativas e teoréticas. O que se pretende com esse modo de dizer é assinalar o caráter não-revisionário de uma investigação cujo objetivo inclui a elucidação de princípios gerais explicativos do efetivo funcionamento da linguagem, a qual se faz também pela exposição das relações internas entre eles vigentes. Como esses princípios inter-relacionados já se encontram implicitamente presentes na linguagem, é possível dizer que apresentá-los é descrevê-los.

Quanto à concepção wittgensteiniana de filosofia, é necessário, por exemplo, que se atente para o sentido muito característico que Wittgenstein costuma dar a certos termos usuais, o que pode induzir o intérprete facilmente ao erro. Me restringirei aqui a uma breve análise de dois sentidos dados por Wittgenstein à palavra « teoria », análise cujos resultados são extensíveis a outros termos a ela relacionados, como « explicação », « hipótese », « tese », etc.

Com a palavra « teoria », nós o sabemos hoje, Wittgenstein geralmente tinha em mente a espécie científica de teoria. Intérpretes como S. S. Hilmy e a dupla Backer e Haker mostraram que ele queria criticar a assimilação do trabalho do filósofo à concepção e ao método da ciência, tendo em mente uma crítica às concepções de filosofia de Russell e James. Como consideram Backer e Haker : « A objeção de Wittgenstein ao 'teorizar' em filosofia é uma objeção à assimilação da filosofia, em método e em produto, a uma ciência teorética superfísica. A filosofia não é hipotético-dedutiva. Mas, se esmeradas refutações ao idealismo, solipsismo ou behaviorismo envolvem um esforço teorético, Wittgenstein se engaja nele [...] ».⁷

Essa interpretação é corroborada pelo uso positivo do conceito de teoria que Wittgenstein por vezes faz. Em *Zettel*, § 444, escreve ele : « nós temos agora uma teoria, uma teoria 'dinâmica' da frase, da linguagem, mas ela não nos parece uma teoria ». Em escritos inéditos, como mostra Hilmy, Wittgenstein emprega uma expressão extravagante para o que ele faz : « teoria da relatividade da linguagem ». Trata-se, nestes casos, de *teoria* entendida como uma descrição de traços fundamentais da gramática de certos conceitos mais gerais e abstratos (cf. nota 14), a qual não vem estruturada como um sistema arquitetônico no sentido kantiano, mas antes no sentido schopenhaueriano — referido, aliás, pelo próprio Wittgenstein — de um sistema que se desenvolve como um organismo, em uma discussão aporética, indefinida.

O conceito mais característico desse aspecto construtivo da atividade terapêutica é o de *apresentação sinóptica*, que é como tento traduzir a expressão « *Übersichtliche Darstellung* ». A apresentação sinóptica, diz Wittgenstein no § 122 das *Investigações Filosóficas*, « designa a forma de nossa representação, a maneira como vemos as coisas ». Para ele a falta dessa visão geral é importante fonte de erros, razão pela qual torna-se filosoficamente relevante

7 Backer & Haker. *Wittgenstein, Understanding and Meaning* (Oxford, 1980), p. 483.

a tarefa de se encontrar (*finden*) os elos existentes entre os conceitos, e mesmo de inventá-los (*erfinden*), estabelecendo-se assim uma ordem possível (PU 122, 132). A apresentação sinóptica é, no dizer de Backer e Haker, como uma fotografia aérea da gramática. Do mesmo modo como a fotografia, ela ressalta os traços mais fundamentais, perdendo nitidez quanto aos detalhes mais específicos. A elucidação filosófica pode, desse modo, assumir uma função semelhante ao que Strawson chamou de uma *metafísica descritiva*, ou seja, a de nos oferecer uma elucidação das relações que vigem entre nossas estruturas conceituais mais fundamentais, um esclarecimento capaz de nos prover de maior transparência semântica; que nos permita, como anota Waismann, compreender mais claramente as nossas frases (WWK p. 233, PU 90). Tal apresentação sinóptica não pode ser outra senão teórica. Transcrevendo-se mais uma vez o argumento de Backer e Haker: « Se a filosofia é uma questão de sinopse, então deve haver sistema. Pois uma sinopse não pode se constituir em uma casual coleção de *aperçus*. Se ela não é abarcante, ela é ao menos sistemática. »⁸ O máximo que se pode dizer é que Wittgenstein consideraria uma investigação sistemática inapropriada como estratégia heurística em filosofia.

Parece então que a crítica à metafísica não deixa ela própria de implicitamente pressupor uma outra metafísica, ainda que « descritiva », baseando seu poder de convicção nos pressupostos comuns da linguagem: terapia e apresentação sinóptica, atividade crítica e atividade teórica, são como duas faces da mesma moeda filosófica, cabendo a fatores extrínsecos às questões mesmas, que o filósofo se concentre mais em um ou outro lado desta. Por conseguinte, pode-se argumentar que a importância de uma teoria do significado entendida simplesmente como uma apresentação sinóptica da gramática desse conceito também reside em sua função terapêutica, a qual se realizaria em dois níveis. Em um nível mais geral, trata-se do fato de que uma tal elucidação nos permitiria ver o que há de enganoso nas mais típicas teorias do significado, como a objetualista, a causalista, a representacional... Em um nível mais específico, de certo modo também terapêutico, poderia esta função ser assim definida: desde que para a compreensão do significado de qualquer frase já precisamos ter de antemão uma compreensão implícita do que o significado seja, a elucidação do conceito geral de significado tornaria explícito um pressuposto que de outro modo poderia ser equivocadamente alterado em considerações sobre o significado de outros conceitos.

Feitas essas considerações preliminares, passo ao tema do primeiro capítulo, que é um exame da identificação feita por Wittgenstein entre o signifi-

8 *Ibid.*, p. 489. Na opinião de A. Kenny, coexistem na obra do segundo Wittgenstein duas concepções de filosofia, uma terapêutica, enquanto a outra « parece bem mais com algumas das tradicionais, mais imperialistas, visões da filosofia » (p. 43), buscando « abrangência de entendimento, uma visão clara do mundo » (p. 39) (« Wittgenstein on the Nature of Philosophy », em A. Kenny: *The Legacy of Wittgenstein*. Oxford, 1984).

cado de uma palavra e o seu uso ou aplicação. O papel central da identificação e a relativa simplicidade do conceito de uso tornam este um ponto de partida adequado para a investigação.

Na fórmula « o significado de uma palavra é seu uso na linguagem » (PU 43; PG 23, BB p. 69), a noção de significado é suficientemente clara : trata-se de significados de expressões lingüísticas, não só de palavras, mas também de frases, pois estas são também « instrumentos para aplicações específicas » (PU 291). Não se trata, ademais, daquilo que costumamos chamar de sentido literal das expressões, se este for concebido como algo independente dos contextos de aplicação destas. Para Wittgenstein o significado de uma expressão está intrinsecamente ligado ao elemento intencional, ao que se « quer dizer », ao que se « tem em mente », ao que se « intenciona dizer » com ela. Esse elemento intencional é contextualmente dependente. Uma frase como « Antônio visitou Calpúrnia » parece ter um certo sentido literal, mesmo que não saibamos quem são Antônio e Calpúrnia, nem quando e por que Antônio a visitou. Tal não é o caso para Wittgenstein. Para ele, quando não se tem « algo a dizer » com a frase, quando não se sabe de um caminho através do qual ela possa ser vinculada ao contexto, ela deixa de ser significativa. As palavras, diz ele, só ganham sentido no fluxo da vida (Z 135); o uso é o seu sopro vital; é no uso que elas vivem (PU 432). É por sua necessária conexão com o elemento intencional, e pelo fato de este « querer dizer » ter uma relação necessária com o contexto particular em que a expressão é aplicada, que o significado tem propriamente a ver com o uso.

Como a equivalência sugerida entre uso e significado parece intuitivamente fazer sentido, e o primeiro termo da relação, a palavra « significado », tem o sentido exposto anteriormente, a estratégia argumentativa que seguimos consistiu principalmente em analisar os diversos sentidos da palavra « uso » em busca daquele sentido excelente em que ela satisfizesse a identificação sugerida.

« Uso » não significa evidentemente o que poderíamos denominar « uso singular » de uma expressão : o uso entendido como ocorrência, a realização espaço-temporalmente localizada de um proferimento. Se fosse assim, uma mesma expressão teria um significado diferente a cada vez que fosse proferida, o que é absurdo. Tampouco é possível que se trate tão-somente do uso correto, isto é, do uso em conformidade com regras, como sugere Stegmüller, caso « uso » continue a ser definido como uso singular, pois, independentemente de ser correto, ele continuaria sendo um outro a cada nova aplicação da expressão. Uma variante plausível dessa suposição, que será considerada mais tarde, é a de que o significado seja o uso determinado por regras, mas entendido como um *type* da ação de segui-las, o que permitiria individualizá-lo, distinguindo-o do uso singular.

Mas a palavra « uso » não funciona somente como designação de uma ocorrência espaço-temporal da expressão. Na linguagem ordinária, « uso »

(*Gebrauch*) geralmente é uma abreviação de « modo de uso » (*Gebrauchsweise*). Alguém poderá dizer : « Eu fiz uso da [usei a] palavra x de acordo com seu uso ». Nessa frase a palavra « uso » ocorre duas vezes. Em sua primeira ocorrência ela designa somente um uso singular da palavra x, a realização espaço-temporal, não sendo aqui possível substituir « uso » por « modo de uso ». Na segunda ocorrência sim. É possível que se diga : « Eu fiz uso da palavra de acordo com seu modo de uso ». Importante é notar que algo paralelo ocorre quando procuramos substituir a palavra « uso » pela palavra « significado » na frase acima. Na primeira ocorrência a substituição não faz sentido. Não faz sentido dizer : « Eu fiz significado da [signifiquei a] palavra x de acordo com seu uso ». Na segunda ocorrência da palavra « uso », no entanto, a substituição é perfeitamente legítima. Pode-se dizer : « Eu fiz uso da palavra x em concordância com seu significado [modo de uso] ». Com efeito, só faz sentido identificar significado e uso quando este último é entendido como o modo, a maneira pela qual se aplica a expressão. Wittgenstein é, aliás, por vezes mais preciso. Em várias passagens de seus escritos ele identifica o significado com o *modo* ou a *forma* como a palavra é usada. « Um significado de uma palavra », diz ele em *Sobre a Certeza*, « é um modo de sua aplicação (*eine Art seiner Verwendung*). » (ÜG 61)

O que é o modo de uso ? Há na linguagem uma paráfrase adequada para o que a expressão quer dizer ? Consideremos um exemplo. Alguém recebe em casa um aparelho elétrico. Na embalagem encontra-se um folheto explicativo intitulado :

MODO DE USO

Esse título vem, como de costume, seguido de uma série de instruções sobre a maneira como o aparelho deve ser utilizado. Em tal caso o sentido da expressão torna-se transparente : « Modo de uso » é o nome que se dá a uma prescrição, a uma regra ou conjunto de regras de cuja explicitação as instruções dão conta. Esse também é o caso quando se fala do modo de aplicação de uma ferramenta, de um objeto qualquer. O que se tem em mente são sempre prescrições : regras especificadoras dos usos singulares.

A aplicação do mesmo raciocínio à identificação wittgensteiniana nos leva à suposição de que todo o sentido que essa identificação pode pretender ter se reduz ao de uma identificação entre significado e algo do *tipo* de uma regra (*etwas Regelartiges*). Há para tal suposição prós e contras a serem considerados. A favor dela está o fato de que o significado não é dependente de determinações espaço-temporais, à diferença do uso singular, que é um acontecimento espaço-temporal. O mesmo é válido para regras: Somente sua aplicação é um acontecimento espaço-temporal, não a regra mesma, designada pela expressão de regra (*Ausdruck der Regel*). Também fala a favor da identificação o fato de que é próprio da natureza do conceito de regra ser,

digamos assim, *doador de significado*. A Regra-Signo (*Zeichenregel*) « → » orienta-nos forçosamente para a direita, o que dá sentido ao traço no papel. A doação de significado é uma propriedade constitutiva das regras: onde há regra há sentido.

Há, no entanto, objeções. Embora Wittgenstein chegue a dizer, ao menos em uma passagem das *Lectures* de 1930-32, que o significado de uma palavra consiste nas regras gramaticais que a ela se aplicam,⁹ ele costuma evitar uma identificação direta. Assim, em *Sobre a Certeza* ele diz que o significado, sendo o modo de aplicação, *corresponde* a regras (cf. *ÜG* 62). A razão disso reside ao meu ver na consideração da maneira restrita como a noção de regra é ordinariamente entendida. Essa noção se aplica tipicamente a: (a) convenções explícitas (semanticamente irrelevantes, dado que não é através delas que a linguagem costuma ser aprendida); (b) regras ou convenções implícitas (semanticamente relevantes), das quais não temos consciência, pois costumam ser adquiridas através de um processo não-cognitivo de condicionamento ou habituação. Creio, porém, que significado e regra só podem ser plenamente identificados se este último conceito for estendido de maneira a incluir algo como (c): articulações de regras. Mas agora não é ainda o momento de introduzir essa questão, pois antes deve ser considerado que, segundo o relato de Moore em suas anotações das *Lectures* de 1930-33, ao lhe perguntarem se o significado não seria uma lista de regras, Wittgenstein teria respondido com a insinuação de que uma tal concepção poderia estar associada a uma reificação, através da qual o significado seria tratado de um modo semelhante a uma coisa visível.

Nas mesmas anotações feitas por Moore, na passagem que antecede a esta, cuja grande importância foi aliás notada por E. K. Specht,¹⁰ Wittgenstein aproxima significado e regra de uma maneira algo mais informativa: « O significado de qualquer palavra singular em uma linguagem é 'definido' (*defined*), 'constituído' (*constituted*), 'determinado' (*determined*) ou 'fixado' (*fixed*) pelas regras da gramática, com as quais ela é usada naquela linguagem.»¹¹ A questão cuja resposta pode ser esclarecedora é portanto: o que se pode entender por « determinação do significado pelas regras da gramática »? E essa questão inclui uma outra: o que são as regras da gramática?

Como uma resposta à primeira pergunta pressupõe a resposta à segunda, abandonaremos provisoriamente a questão da determinação do significado por regras para considerar a noção wittgensteiniana de regra gramatical. Com a expressão « regra da gramática » ele quer se referir, como observa E. K.

9 D. Lee (ed.): *Wittgenstein's Lectures, 1930-1932*, Oxford, 1980, p. 85.

10 E. K. Specht: *Die Sprachphilosophischen und ontologischen Grundlagen im Spätwerk Ludwig Wittgensteins*, Köln, 1963 (*Kantstudien Ergänzungsheft* 84), Cap. V.

11 G. E. Moore, « Wittgenstein's Lectures in 1930-33 », em *Philosophical Papers*, London, 1963, S. 257.

Specht, ao que é expresso por frases *a priori* : frases que se diferenciam das frases empíricas costumeiras devido à sua necessidade e direta evidência.¹² Como diz Wittgenstein : « Reconhecer uma frase como inabalavelmente certa significa usá-la como regra gramatical. Com isso se a priva de incerteza. » (BGM p. 88) Não se trata, porém, de regras gerais como as da lógica formal, mas de regras específicas, como as expressas pelas seguintes frases :

- (i) O vermelho é uma cor.
- (ii) Duas cores não podem ocupar o mesmo lugar ao mesmo tempo.
- (iii) Branco é mais claro que preto.
- (iv) 5 é um número.
- (v) A soma dos ângulos de um triângulo é de 180°.
- (vi) $2 \cdot 2 = 4$.
- (vii) A ordem ordena seu seguimento.
- (viii) A água ferve a 100° C.
- (ix) Eu não posso sentir as dores dos outros.
- (x) Eu sei que sou um homem.
- (xi) Eu tenho duas mãos.
- (xii) Paciência se joga só.
- (xiii) Todo o bastão tem um comprimento.
- (xiv) Isso é uma cadeira.

Característico dessas frases é que elas expressam convenções que se tornaram hábito, as quais no domínio do sistema lingüístico que as pressupõe não se fazem mais passíveis de dúvida. Elas são tautológicas, não-informativas, e por isso, no dizer de Wittgenstein, destituídas de sentido (o que, vale lembrar, deve aplicar-se também a nossa apresentação sinóptica, « teorética », dos princípios gramaticais constitutivos do conceito mais geral de significado). Elas diferem, no entanto, de regras como as da lógica formal, já que, diferentemente destas, elas se aplicam a domínios ou regiões mais ou menos específicos da linguagem, podendo ser, para fins filosóficos, tematizadas em uma espécie de « lógica informal » (Ryle). As primeiras três regras anteriormente exemplificadas, por exemplo, pertencem ao que Wittgenstein chama de linguagem das cores; as outras três pertencem à linguagem da matemática; a seguinte aos jogos-de-comando; as outras pertencem, por sua vez, à linguagem da física, das sensações, da identificação pessoal, dos objetos reais, etc. A última frase, « Isso é uma cadeira », que pode ser incluída como parte de nossa linguagem sobre objetos concretos, pode ser justificada como uma expressão exemplificadora da regra, da qual o próprio objeto faz parte, podendo

12 E. K. Specht : « Wittgenstein und das Problem des 'a priori' », em *Revue Internationale de Philosophie*, 88/89, 1969, p. 167 ss.

ser substituída pela definição « Uma cadeira é um objeto com tais-e-tais características ».

Essa especificidade das regras da gramática, que são constitutivas de regiões, de domínios, de jogos específicos de linguagem, explica a razão de sua relevância semântica. Também o significado é algo específico de uma palavra ou frase. Regras muito gerais, como as da lógica formal, não teriam o grau de especificidade necessário para individuar algo tão específico quanto pode ser o significado. Recorrendo a uma analogia : saber o significado de uma expressão é como ter o endereço de alguém. Itens como o país e a cidade são excessivamente gerais, embora comumente pressupostos. Também nossas frases seguem regras gerais, como as da lógica formal. O que nos permite localizar efetivamente o indivíduo são, no entanto, os itens mais específicos de seu endereço, como os nomes da rua e do edifício onde ele reside. O mesmo acontece com o que poderíamos chamar de « individuação semântica » de uma expressão. Wittgenstein escreveu : « o lugar da palavra na gramática é seu significado » (PG 23). Com efeito, se algo o localiza, são as regras mais específicas da gramática. São elas as responsáveis pelas finas diferenciações semânticas que importam à filosofia.

Voltemos agora à questão que estávamos há pouco considerando, ou seja, à questão da determinação do significado pelas regras da gramática, e, antes disso, à questão de uma possível identificação entre significado e algo do tipo de uma regra.

Na raiz da crítica wittgensteiniana a uma reificação do significado por listas de regras está, creio eu, um raciocínio como o seguinte : o número ilimitado de frases com significados diversos que podem ser gerados em nossa linguagem, e mesmo o número indeterminado daquilo que se pode « ter em mente » ao se empregar uma palavra, exige que a noção de regra, se identificada com o significado, seja mais extensa que a de convenção ou hábito. Uma lista fixa de convenções é, no entanto, uma convenção, e o domínio de uma lista ilimitada de convenções é, por razões não somente medicinais, inconcebível.

Consideremos novamente a idéia de que o significado seja determinado pelas regras da gramática, as quais certamente são convenções ou hábitos. O que significa dizer aqui que elas determinam, constituem, fixam, definem em proferimentos concretos o significado ?

Naturalmente, essas regras não estão determinando o uso singular da expressão, a ocorrência desta, pois isso não é, como já vimos, o significado. Elas determinam ou fixam o modo, a maneira como a expressão foi usada em uma ocorrência específica.

Em uma tentativa de esclarecer o que significa aqui « determinar », podemos recorrer mais uma vez à analogia do aparelho acompanhado de uma série de instruções intituladas « Modo de uso ». Podemos certamente dizer que as prescrições ou regras determinam, fixam, constituem o modo de

uso. Tais prescrições não são, porém, independentes umas das outras : é comum que elas venham inter-relacionadas, por exemplo, que elas formem uma seqüência interligada, na qual uma deve seguir a outra. Característico disso é que as regras se *combinam*; que o modo de uso costuma consistir, não em uma regra só, mas em uma combinação de regras, e que essa combinação pode ser tanto preestabelecida como inesperada. A pergunta que se impõe é : será que o sentido da palavra « determinação », quando dizemos que as regras da gramática determinam o significado, se este é o modo de uso, e se o modo de uso pode ser uma combinação de regras, não poderia ele próprio ser inteiramente parafraseado por esta última noção ?

Uma outra analogia sugere uma resposta positiva à questão. Um lance feito no decorrer de uma partida de xadrez não é um ato destituído de sentido. Há nele uma espécie qualquer de significado. Em que consiste o sentido do lance ? Certamente não na regra simples ou básica pela qual ele é movido, pois nesse caso todos os lances com a mesma peça, dentro e fora da partida, seriam igualmente lances e teriam o mesmo sentido. O sentido de um lance feito em uma partida de xadrez constitui-se antes, para aquele que o realiza, na estratégia que é por ele pensada, ou seja, no *cálculo estratégico* que ele faz : este cálculo nada mais é do que uma combinação de possíveis regras simples que poderiam ser aplicadas nos movimentos seguintes — no caso de um jogador experimentado, complexas combinações, não só de regras básicas, mas também de estratégias previamente aprendidas. Se fosse perguntado pelo sentido de um lance realizado, o jogador responderia com uma descrição da estratégia que ele tinha em mente.

Se esse raciocínio relativo ao sentido de um lance de xadrez se aplica à linguagem, então a maneira através da qual o significado é determinado, fixado, definido, pode corresponder a combinações feitas entre as regras mais específicas da gramática. Com a sugestão de que um lance (um proferimento) em um jogo-de-linguagem — conceito que no capítulo III da tese foi elucidado como se referindo a qualquer fragmento identificável da linguagem, deixando-se sempre analisar como um sistema localizado de regras de hábito ou convenções geralmente implícitas (Richardson), as quais são tidas como simples ou básicas no âmbito do jogo, adicionado à sua aplicação — tem seu significado identificado com algo como uma combinação de regras, é possível explicar tanto a especificidade quanto a indeterminada multiplicidade do significado. (O princípio de que o significado da expressão é aquilo que sua explicação explica diria assim que ela explica o significado ao pôr à mostra as regras ou combinações de regras para a aplicação da expressão nos jogos-de-linguagem.)

Tais considerações devem se afigurar familiares aos leitores da fase intermediária da filosofia de Wittgenstein. Uma combinação de regras nada mais é do que um cálculo. Quando fazemos uma complexa operação aritmética, o cálculo não passa de uma combinação das regras mais elementares, as

quais sabemos de cor. A isso objetar-se-á que a idéia de que a linguagem funciona como um cálculo, de que, nas palavras de Wittgenstein, « o significado de um símbolo é o seu lugar no cálculo », foi por ele abandonada e substituída pelo conceito mais flexível de jogo-de-linguagem, o que foi uma pedra-de-toque das interpretações, desde o livro de Pitcher até o comentário de Backer e Haker de 1980.

Essa interpretação, hoje se sabe, é incorreta. Sempre fora motivo de embaraço o fato de que Wittgenstein continuasse a fazer um uso positivo do conceito de cálculo, mesmo nos escritos posteriores à introdução da noção de jogo-de-linguagem, como se evidencia, apesar da conhecida crítica do § 81, nos §§ 26 e 559 das *Investigações Filosóficas* e em certas passagens dos escritos sobre os fundamentos da psicologia. A razão disso ficou esclarecida pela cuidadosa investigação do *Nachlaß* publicada por S. S. Hilmy em 1987. Ele mostra como Wittgenstein usou no *Nachlaß* as palavras « cálculo » e « jogo-de-linguagem » intersubstitutivamente. Como observa Hilmy : « No começo dos anos 30 ele tinha já claramente em um sentido abandonado o que pode ser chamado 'o modelo do cálculo do *Tractatus*' . No entanto, ele continuou a usar o termo 'cálculo' em um sentido positivo para caracterizar a linguagem e fez isso também na década de 40, longo tempo depois do chamado 'período transicional' do começo dos anos 30. »¹³

O fato é que quando Wittgenstein critica a noção de linguagem como cálculo na *Investigações*, e mesmo muito antes, como na página 25 do *Blue Book*, ele não está atacando a idéia implícita de uma combinação de regras, mas uma série de associações indesejáveis que a palavra « cálculo » traz à tona, principalmente as ligadas à noção de cálculo lógico, constituído de regras exatas, rígidas, explicitamente definidas, o que não costuma ser o caso das regras implícitas, inexatas, alteráveis de nossos jogos-de-linguagem. Como diz Hilmy : « Quando Wittgenstein critica a concepção da linguagem como cálculo, é com referência a um cálculo de uma espécie ideal, exata, e, mais especificamente, a espécie de papel que este cálculo ideal ocupou no *Tractatus*. »¹⁴

Quando examinamos os exemplos de cálculo com a linguagem apresentados no período intermediário de sua filosofia, vemos que Wittgenstein usa a palavra em um sentido derivado, como quando falamos do cálculo estratégico feito em um jogo de xadrez, em um jogo de cartas, do cálculo que um jogador de futebol faz ao passar a bola. Também em tais acepções a palavra « cálculo » preserva o sentido de uma combinação de regras. Não há a menor evidência de que Wittgenstein tivesse rejeitado a idéia de que os lances dos jogos-de-linguagem envolvem cálculos neste sentido fraco de combinação de regras, as quais admitem serem alteradas, podendo ser relativamente imprecisas, não costumando ser elas próprias objeto de um saber consciente. Pelo contrário :

13 S. S. Hilmy. *Ibid.* p. 98.

14 S. S. Hilmy. *Ibid.* p. 106.

só essa suposição justifica que Wittgenstein no § 558 das *Investigações* reafirme que a função de um símbolo deva se mostrar no decorrer do cálculo.

Com isso torna-se justificado que se reconsiderem as passagens em que Wittgenstein dá exemplos de cálculo em busca de uma melhor compreensão de como regras gramaticais podem determinar o significado, o modo de uso, caso essa determinação consista em sua combinação. Afinal, ele parece em certos momentos estar dizendo exatamente isso, como na passagem das *Philosophische Bemerkungen*, que eu agora cito : « O sistema de regras, o qual determina um cálculo, determina deste modo também o 'significado' do signo » (PB 152).

Antes de considerar alguns exemplos de cálculo em Wittgenstein, gostaria de introduzir um esclarecimento geral, não acerca do tão polemicamente problematizado conceito de *seguir uma regra* (objeto do capítulo V da tese), mas acerca do conceito mesmo de regra, entendido como aquilo que as diferentes expressões de regra expressam em comum. Parece que, se é possível estabelecer uma expressão de regra para uma regra particular, a qual é ela própria geral, embora de âmbito mais restrito, não há razão para se rejeitar que possa haver uma expressão do que seja a regra *em geral*, conquanto essa expressão seja uma manifestação lingüística de nossa intuição comum, deixando pois a linguagem « como ela está ». A possibilidade de se reconstruir o pensamento de Wittgenstein sob esta chave se evidencia ao considerarmos que seu suposto antiessencialismo pode ser evidenciado como mera crítica a um essencialismo ingênuo que trata, por exemplo, entidades abstratas como sombras *empíricas* de coisas empíricas (BB p. 17, BGM p. 63). Sua concepção própria de essência pode ser não obstante caracterizada, ou como se tratando de mera convenção, do universal visto como uma espécie de « essência nominal » (BGM p. 64-5), ou, com relação a uma « essência real », aparentemente, como algo que só as regras da gramática manifestam (« *Das Wesen ist in der Grammatik ausgesprochen* » (PU 371)), logo, como algo cuja inteligibilidade exige pleno resgate através de nossas convenções (PU 92, 97, BGM p. 64-5).¹⁵

15 A atitude comum de Wittgenstein é bem expressa na exposição de F. Waismann : « Não é como se quiséssemos negar a existência do zero e reconhecer apenas a do signo. (Pense no que pode significar a frase « O zero não existe » !) Nós passamos apenas a um outro domínio da gramática, onde somos sujeitos a menos perigos. Nós não fugimos do abstrato para o concreto; nós queremos somente considerar as coisas, uma única vez, sem preconceitos. » (*Logik, Sprache, Philosophie*, Stuttgart 1977, p. 131.) Cf. a interpretação apresentada nas páginas 126 ss. da tese e a tentativa de reconstrução do conceito de semelhanças de família no Cap. VIII, p. 214 ss. A existência de expressões conceituais cujos casos de aplicação detêm semelhanças de família entre si não implica nem que todos os nossos conceitos gerais se fragmentem em casos de aplicação aparentados, nem que estes últimos não possam ser conceitos gerais unitários, para os quais existam expressões conceituais próprias. O próprio Wittgenstein considera esta última possibilidade ao contrastar o conceito de número, cujos casos de aplicação são múltiplos e aparentados, com o conceito *precisamente defintvel* (« *streng umschriebenen* ») de número cardinal (PG 70).

Esse lugar-comum que é a expressão da regra em geral é a idéia de que uma regra qualquer pode ser analisada como uma relação entre uma condição (ou grupo de condições) C e a ação A , que é a ação de segui-la, de tal modo que, dada a condição C , segue-se a ação A , não importando, para as considerações que pretendemos fazer, que espécie de relação ou relações possam estar envolvidas — como C é algo como uma prescrição, nós a cognominamos « relação prescritiva ». Assim sendo, qualquer regra pode ser concebida como um caso da fórmula ou expressão geral :

$$C \Rightarrow A$$

Nessa fórmula, C deve ser visto como o *type* de uma condição (ou conjunto de condições) qualquer, A como o *type* de uma ação, o que se costuma chamar de um esquema ou modo de ação, aquilo que é comum a várias ações-*token*, e que é prescrito por C . Embora uma expressão de regra da gramática não tome necessariamente tal forma, ela pode ser assim parafraseada. A frase gramatical « A ordem ordena seu seguimento » pode ser parafraseada como « Dada uma ordem, age-se segundo ela »; a frase gramatical : « A água ferve a 100° C » pode ser parafraseada como « Se a temperatura da água for de 100° C, ela ferverá ».

Também importa notar que os termos C e A não são para ser considerados em separado. A é sempre o modo de ação que se segue da condição C , pois nem toda ação que exemplifica A é a de seguir a regra em questão. Assim, um acontecimento empírico que exemplifique A_1 , mas que não se siga às condições determinadas por C_1 , não será considerado seguimento da regra $C_1 \Rightarrow A_1$, o que vale *mutatis mutandis* para C_1 , caso sua presença não seja considerada prescrição para A_1 . Uma maneira de se tomar essa interdependência explícita é escrever :

$$C(A) \Rightarrow A(C)$$

Tal consideração nos mostra que falar do *type* $A(C)$ da ação de seguir uma regra já é falar da regra, mesmo que de uma perspectiva determinada. Isso nos permite responder negativamente a uma questão deixada em aberto no início, qual seja, a de se saber se o uso em conformidade com uma regra não seria simplesmente o *type* de um uso singular, entendido como o *type* da ação de seguir uma regra, e não a regra mesma. Sendo o significado o modo de uso determinado pela regra, se esse último é concebido como o *type* de uma ação, ele continua a ser concebido como toda uma regra, ainda que sob a perspectiva da ação-*type* de segui-la.

A fórmula geral anteriormente considerada pode ser um instrumento útil na reconstrução do que Wittgenstein diz. Com relação ao modo de ação de seguir a regra ela nos permite distinguir dois tipos gerais de regra :

Tipo I : é o daquelas ações nas quais A é o esquema de uma ocorrência empírica, que embora podendo ser de ordem psicológica, é primariamente e

na maioria dos casos algo que se processa externamente no mundo real. Exemplo do tipo I é a ação reflexa de pisar no freio diante de um sinal vermelho.

Tipo II : é o daquelas ações nas quais o esquema-de-ação A é o de um processo cognitivo, qual seja, o da tomada de consciência, da cognição, da constatação da existência de um determinado estado-de-coisas. Nesses casos não costumamos dizer que a regra é seguida, mas *aplicada*.

Claro está que as ações humanas normalmente envolvem os dois tipos. Se nossas regras fossem apenas do tipo I, todos os nossos comportamentos teriam a forma de reflexos, de automatismos, de habituações não acompanhadas de atividade consciente. Se todas as regras fossem apenas do tipo II, nós seríamos seres puramente contemplativos, incapazes de passar da cognição à ação. Como a maioria de nossas ações é também consciente, segue-se que se trata de ações que combinam os dois tipos de regra precedentemente mencionados.

A aplicação dessa idéia ao que Wittgenstein diz é esclarecedora. Ele considera exemplos dos dois tipos de regra. Exemplos do primeiro tipo são ações que constituem mero resultado de adestramento, como acontece quando a linguagem é aprendida. Trata-se de regras puramente performativas. Seguir essas regras não é um ato cognitivo, mas um ato cego, involuntário. No segundo caso, que é o que mais nos importa, os exemplos relevantes têm a ver com o que Wittgenstein chamou de modos, métodos de verificação : regras verificacionais, que para ele, mesmo nas *Investigações Filosóficas*, permanecem essencialmente ligadas ao que « queremos dizer » com os nossos enunciados (cf. PU 353). A relação entre a regra de verificação e o significado como uso (aplicação) explicar-se-ia pelo fato dela poder ser identificada com o modo de aplicação do proferimento assertivo. Tais regras são essencialmente cognitivas, pois o resultado último da aplicação da regra ou método de verificação é a cognição da existência de um estado-de-coisas. A isso se liga a importante noção de critério. Critérios nada mais são do que condições (não importando o tipo) que, uma vez presentes, permitem a aplicação de uma regra verificacional, quer dizer, a realização de um juízo, a cognição de um estado-de-coisas como real; critérios são assim critérios-de-verdade de um juízo ou asserção. Aliás eles são também regras, pois, pelo que foi visto, C só se concebe como C(A), que é um modo de se conceber a regra.

Em um importante exemplo que se encontra na página 28 das *Wittgenstein's Lectures, 1932-1935*, Wittgenstein relaciona explicitamente critério e regra de verificação, o que corrobora nossa interpretação :

Os diferentes modos de verificar « choveu ontem » nos ajudam a determinar o significado. Ora, uma distinção poderia ser feita entre « ser o significado de » e « determinar o significado de ». Que eu me lembre que choveu ontem me ajuda a determinar o significado de « Choveu ontem », mas não é

verdade que « Choveu ontem » significa « Eu me lembro que [...] » Nós podemos distinguir entre critérios primários e secundários de que está chovendo. Se alguém pergunta « O que é chuva ? », você pode apontar para a chuva caindo, ou derramar alguma água de uma caneca. Esses constituem critérios primários. Pavimentos molhados constituem um critério secundário e determinam o significado de « chuva » de um modo menos importante.

Note-se que o apontar para a chuva caindo tem aqui uma função semelhante ao apontar para uma poltrona e dizer « Isso é uma poltrona », que pode ser, como foi visto, uma frase gramatical também expressável sob a forma « A presença de tais e tais critérios (C1) nos mostra que estamos diante de uma poltrona (A1) ». Também esclarecedora é neste mesmo exemplo a distinção entre critérios *primários* (como os *definitórios*) e *secundários* ou *sintomas*, os quais se constituem de modo adventício, probabilizando, mas não trazendo certeza da existência do estado-de-coisas (BB p. 24-25). Os diferentes critérios são modos de se « ter em mente » o sentido da frase. O modo de verificação — e com este o significado da frase — pode, não obstante, ser concebido como *um único*, já que os critérios secundários são sintomas do critério primário, que é a *observação direta* (cf. WWK p. 158-9).

A identificação feita por Wittgenstein em sua fase intermediária entre o significado de uma frase e o seu modo de verificação é, pois, complementar a uma outra assertiva sua, segundo a qual os critérios determinam o significado. De fato, se os critérios são condições antecedentes de regras cognitivas, e se essas regras (por alguns intérpretes chamadas de regras *criteriais*) são regras-de-verificação, então torna-se natural que eles sejam determinadores do significado.

Com tais considerações em mente, analisemos primeiramente exemplos de cálculo, de combinações de regra trazidos por Wittgenstein, começando com casos mais simples. Exemplos típicos de combinações de regra apresentados por ele são dados em jogos-de-comando simples, como a expressa pela articulação simbólica « aacaddd » no § 33 do *Brown Book*, em resposta à qual certos movimentos diferentemente direcionados devem se suceder uns aos outros. O exemplo de Wittgenstein que me proponho a analisar é, no entanto, o da multiplicação « F » presente nas *Lectures* de 1930-1932 :

$$\begin{array}{r}
 F \ 123 \\
 \underline{753} \\
 369 \ x \\
 615 \ y \\
 \underline{861} \ z \\
 92619
 \end{array}$$

Vale reproduzir o comentário de Wittgenstein :

F é uma regra da gramática, ou um cálculo feito no papel; mas partes individuais do trabalho podem ser feitas de acordo com um dos cálculos mencionados. Assim, o passo x é para mim uma definição; o passo y é uma hipótese, mas o primeiro estágio deste, $5 \cdot 3 = 15$, é de novo uma definição. O resultado é uma hipótese. Uma outra pessoa poderá fazer o cálculo e chegar a um resultado diferente. Os passos individuais são regras da gramática e o processo como um todo é uma regra da gramática.¹⁶

Wittgenstein considera aqui não só as regras típicas da gramática, regras-de-hábito em cuja aplicação o erro, se houvesse, seria imediatamente corrigível, como as da tabuada, que ele chama de definições. Ele chama de regra da gramática também a completa combinação dessas regras, o cálculo, que, sendo passível de erro, é chamado de hipótese. Digna de nota é também a possibilidade de se reduzir não só os passos do cálculo, como o cálculo como um todo, à fórmula geral da regra, conquanto as condições sejam unificadas em uma única classe. Uma combinação de regras, embora não seja um hábito ou uma convenção, pode nesse sentido ser considerada, como o próprio Wittgenstein o faz, como uma regra; também ela é do *tipo* de uma regra. A fronteira entre regras de hábito e suas combinações é, aliás, pouco distinta e variável: uma combinação de regras pode, por exercício, passar a ser concebida como uma regra simples — compare-se, por exemplo, a habilidade aritmética de uma criança com a de um adulto.

Procuramos agora em Wittgenstein casos de combinações de regras, de cálculos que se aproximam da realidade, tanto de combinações performativas quanto de combinações que constituam regras cognitivas. Um caso de um cálculo com regras performativas é apresentado em *Wittgenstein e o Círculo de Viena*. O exemplo trata da combinação de regras realizada para a compreensão da ordem: « Traga-me a gasolina »; convém transcrever a passagem:

O modo como nós usamos os signos, constitui o cálculo [...] Há entre o modo de aplicação de nossas palavras na linguagem e um cálculo não algo como uma mera analogia, mas sim eu posso de fato conceber o conceito de cálculo de tal maneira que a aplicação da palavra cai sob este. Eu quero logo explicar como entendo isso. Tenho aqui uma garrafinha de gasolina. Para que serve? Para lavar. Ora, nela está colado um rótulo com a inscrição « gasolina ». Para que a inscrição? Eu lavo com gasolina, não com a inscrição. [...] Ora, essa inscrição é um ponto-de-ataque (*Angriffspunkt*) para um cálculo, quer dizer, para a aplicação. Eu posso lhe dizer: « Traga a gasolina! » E através desta inscrição é dada uma regra, segundo a qual o senhor pode proceder. Se o senhor traz a gasolina, então está lá de novo um passo naquele cálculo que é determinado por regras. (WWK p. 168)

16 A. Ambrose (ed.), *Wittgenstein's Lectures, 1932-1935*, (Oxford, 1979) p. 96-97.

Em primeiro lugar, não custa notar que no início desta passagem é identificado o modo de uso ou aplicação com o cálculo. Em seguida, há o que Wittgenstein chama de ponto-de-ataque do cálculo. Chegar a perceber a inscrição é o resultado de seguir uma regra de comando, mas a inscrição mesma é um novo ponto-de-ataque, que serve de condição para uma nova ação de seguir uma regra — no caso, a de trazer o vidro de gasolina —, o que se constitui, como um todo, tal como no exemplo aritmético, em uma combinação de regras. As regras aí em questão poderiam pressupor a regra gramatical listada anteriormente : « Uma ordem ordena a sua execução ». Elas são, todavia, bem mais específicas, *i. e.*, regras que são tidas como « simples », de hábito, em um jogo de linguagem muito localizado, por exemplo : « Uma garrafa costuma conter o que o seu rótulo descreve ».

Procuremos agora um exemplo de regra cognitiva, de regra verificacional. No parágrafo 25 das *Lectures* de 1930-32 há inicialmente uma observação, na qual Wittgenstein faz um uso equivalente das palavras « significado », « verificação », « lugar do símbolo em um cálculo » e « modo de uso », que cito apenas para confirmação textual de minha tese da existência de uma unidade intrínseca no pensar wittgensteiniano contrariando a estratégia escolástica de interpretá-lo segmentando-o em compartimentos estanques: « Se você quer saber o *significado* de uma sentença, pergunte pelo *modo de verificação*. Eu sublinho o ponto de que o *significado* de um símbolo é o *seu lugar no cálculo*, o *modo* como ele é *usado*. » No exemplo que se segue a essa observação, Wittgenstein relaciona a diversidade das verificações particulares de uma sentença declarativa com a unidade de seu significado :

Atender para o modo como o significado de uma sentença é explicado torna clara a conexão entre significado e verificação. Ler que Cambridge venceu a corrida de botes, o que verifica « Cambridge ganhou », não é uma disjunção « Eu vi a corrida ou eu li o resultado ou [...] » É mais complicado. De fato, se nós retiramos qualquer dos modos de verificação do enunciado, nós alteramos seu significado. E, se nós retirarmos todos os modos de verificação, nós destruímos o significado.¹⁷

A regra que preside a verificação particular efetivamente realizada pertence, ao que parece, a nuances intencionais da asserção — ao que mais exatamente havíamos tido em mente com ela. Mesmo que esse elemento intencional sofra variações em diferentes asserções de mesmo conteúdo, parece que as regras contingentes que o constituem se derivam de uma regra de verificação fundamental e única, que tem por base critérios primários e observação direta, podendo ser efetivamente identificada com o significado

17 A. Ambrose. *Ibid.*, § 25.

cognitivo ou conteúdo proposicional da asserção (cf. *WWK* p. 158-9). O ponto permanece insuficientemente elucidado.

O mesmo exemplo também sugere que as regras criteriosais determinadoras do cálculo sejam regras da gramática, expressáveis por frases gramaticais. Embora Wittgenstein não se preocupe com um esclarecimento sistematizador, é razoável pensar que na gramática constitutiva do sistema de regras que constitui esse jogo de linguagem específico possa haver uma regra como : « A equipe cujo barco chega primeiro vence a corrida », a qual é concebida como simples, sendo parafraseável como : « Ver o barco de uma equipe chegar em primeiro lugar é (em circunstâncias normais) critério primário para a cognição do fato de esta ter vencido a corrida ». Essa regra poderia ser então combinada com a regra para a identificação da equipe de Cambridge, formando uma regra composta, a qual verifica o enunciado « Cambridge ganhou ». Semelhante foi o caso de um exemplo anterior, a multiplicação « F » : « $5 \cdot 3 = 15$ » (do mesmo modo que « $2 \cdot 2 = 4$ ») é uma regra gramatical na qual « $5 \cdot 3 \Rightarrow$ » é critério para a cognição do resultado « 15 ». Já « $753 \cdot 123 \Rightarrow$ » pode ser analisada como uma composição de critérios, dentre os quais costuma tomar parte « $5 \cdot 3 \Rightarrow 15$ », para que se aceda ao resultado 92619. O procedimento, o cálculo, verifica a frase « $753 \cdot 123 = 92619$ ». Na tese procurei, entre vários outros exemplos, mostrar que a linguagem aparentemente assim funciona tomando como modelo um jogo-de-linguagem simples, um « report-game » enunciativo sugerido por E. Stenius. Nele um ajudante de jardineiro deve informar sobre a situação de um local de um canteiro de jardim, aplicando uma regra de identificação a uma planta que se encontra nesse local, regra essa que deve ser conjugada a uma regra predicativa, somente aplicável quando a planta está florida. Combinações de critérios de identificação e de predicação constituiriam no caso a condição antecedente, uma composição criterial justificadora da aplicação de uma combinação de regras, qual seja, uma regra verificacional para o fato de a planta estar florida. As condições de aplicação da regra não seriam, nesses casos, seqüencialmente, mas simultaneamente dadas.

A sugerida unificação de princípios semânticos comprova ao meu ver *a posteriori* sua própria possibilidade. O que se deixa concluir das considerações precedentemente esboçadas é a plausibilidade da idéia de que a identificação entre o significado e o uso possa ser concebida como uma identificação entre o significado e algo do *tipo* de uma regra : regras, combinações de regras mais ou menos específicas da gramática dos jogos-de-linguagem, as quais também poderiam possuir caráter cognitivo próprio das regras verificacionais ou criteriosais. O significado cognitivo (conteúdo proposicional) de uma asserção pode ser em princípio entendido como o *modo* fundamental de sua aplicação, sendo este redutível a uma regra de verificação cuja aplicação efetiva *justifica* seu proferimento, *i. e.*, seu uso singular. O apelo ao uso perde com isso o tom de um misticismo

semântico irracionalista que a aparente desconexão dos aforismos wittgensteinianos é capaz de sugerir. Ele guarda entretanto a função heurística de situar a questão logo de início na *praxis* efetiva da linguagem, que preside a conexão necessária entre o significado e o « querer dizer ».

Creio ter tornado plausível a idéia de que os escritos de Wittgenstein ocultam, ou pelo menos estranhamente sugerem, estruturas racionais extraordinariamente complexas, que subsistem nos textos como intuições fragmentariamente explicitadas, sem que seu autor tenha tido a oportunidade ou mesmo objetivado articulá-las sistematicamente. A completa sistematização e explicitação dessas estruturas poderia pôr a descoberto uma outra filosofia, mais poderosa, em virtude de sua capacidade de impor-se à razão, do que aquela que os intérpretes de uma certa época e de uma determinada corrente de pensamento nos haviam feito supor.